

EQUANOMICS

POLÍTICA FISCAL E IGUALDADE DE GÊNERO

BLOCO 5: Impostos sobre os Rendimentos do Capital, Patrimônio e Propriedade

Fevereiro 2025 | Versão em português, março 2026

POLÍTICA FISCAL E IGUALDADE DE GÊNERO

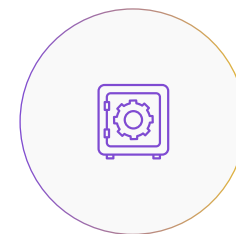
IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO CAPITAL, PATRIMÔNIO E PROPRIEDADE



POLÍTICAS FISCAIS

Sobre as Diretrizes

Estas diretrizes orientadoras exploram o impacto das políticas fiscais na igualdade de gênero. As políticas fiscais, de gastos públicos e receitas têm impactos diferentes sobre as mulheres e os homens, podendo reforçar as desigualdades sociais e económicas existentes. Tendo isto em consideração, é essencial examinar como os impostos são estruturados, quem suporta o ônus e de que forma as receitas são utilizadas, cada um destes elementos pode tanto promover como prejudicar a igualdade de gênero. No entanto, é o efeito combinado das diferentes políticas tributárias e sua interação com os gastos governamentais e outras políticas que molda o impacto final sobre a igualdade de gênero. As questões deste documento visam estimular uma análise de gênero mais aprofundada do sistema tributário.



IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E GÊNERO

Por que os impostos sobre o rendimento do capital, o patrimônio e a propriedade são importantes para a igualdade de gênero?

Globalmente, a riqueza está cada vez mais concentrada nas mãos de um número menor de pessoas, com o 1% mais rico detendo mais da metade de todos os ativos, segundo estimativas recentes.¹ Além disso, os homens detêm até 50% mais riqueza do que as mulheres em todo o mundo e acumulam substancialmente mais riqueza ao longo de suas vidas profissionais.² Essa é uma tendência alarmante que evidencia as fragilidades do sistema econômico global, que proporciona benefícios extremamente desiguais a diferentes segmentos da população.

Após a pandemia de Covid-19, houve um debate renovado sobre a tributação de patrimônio e capital, impulsionado pela crescente percepção de que os detentores de capital têm desfrutado de regimes tributários favoráveis por

¹ Relatório Global de Riqueza do Credit Suisse 2023 .

² Veja, por exemplo, o Relatório Global sobre a Desigualdade de Gênero de 2022, do Fórum Econômico Mundial.

tempo demais.³ Considerando as persistentes disparidades econômicas de gênero que determinam as desvantagens econômicas que a maioria das

³ Para uma seleção de artigos recentes sobre este tema, veja, por exemplo, [Oxford Review of Economic Policy](#), Volume 39, Edição 3, Outono de 2023.

mulheres ainda enfrenta hoje e seu menor acesso à propriedade de ativos, a questão da tributação de capital, patrimônio e propriedade é de suma importância para tornar as economias mais inclusivas, promover a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres.

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO E GÊNERO

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Taxas e isenções fiscais favoráveis

O rendimento de capital derivado da propriedade de ativos é frequentemente tributado a taxas mais baixas do que outras formas de rendimento, principalmente o rendimento do trabalho, o que cria um viés contra mulheres e grupos de baixo rendimento, que têm menos probabilidade de obter rendimento de capital. Além disso, os proprietários de capital, em sua maioria homens, podem se beneficiar de diversas disposições fiscais que reduzem

ainda mais sua carga tributária. Um argumento comum para esse arranjo é que ele tem efeitos positivos indiretos na economia, um fenômeno conhecido como efeito cascata, embora as evidências que o sustentam sejam, no mínimo, inconclusivas.⁴

⁴ Veja M. Risch (2023), [Trickle-down Revisited](#), *Oxford Review of Economic Policy*, Volume 39, Issue 3, Autumn 2023.

Progressividade reduzida do sistema tributário

Quando o capital e a riqueza são tributados a taxas baixas ou não são tributados, os segmentos mais ricos da sociedade enfrentam taxas efetivas gerais mais baixas, o que prejudica a progressividade geral do sistema tributário.⁵ Isso representa um viés contra as mulheres, particularmente aquelas de grupos de baixo rendimento, que têm menos

probabilidade de serem ricas ou de possuírem ativos geradores de rendimento. Além disso, quando o capital e os ativos são tributados a taxas favoráveis, significa que outros impostos precisam ser mais altos para que o governo atinja suas metas de arrecadação, notadamente o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas (IRPF) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o que representa mais um potencial viés contra as mulheres.

⁵ Veja Advani et al. (2023), [Quanto imposto os ricos realmente pagam?](#) *Oxford Review of Economic Policy*, Volume 39, Edição 3, Outono de 2023.

Barreiras à propriedade

As mulheres são menos propensas a pagar imposto sobre a propriedade do que os homens, porque possuem menos bens. A disparidade na propriedade entre homens e mulheres é uma manifestação de barreiras históricas ao empoderamento econômico e à autonomia das mulheres, em parte resultantes dos efeitos acumulados da diferença salarial, da menor participação no mercado de trabalho e do acesso desigual ao financiamento. Leis e costumes discriminatórios de herança, embora em grande parte fora do alcance do sistema tributário, também podem ser uma grande barreira à propriedade feminina. Em alguns países, como o Nepal, incentivos fiscais têm sido usados para en-

corajar o registro de terras em nome de mulheres.⁶ Isso não significa que isenções fiscais para mulheres sejam o instrumento político ideal a longo prazo para promover a propriedade de bens por mulheres, mas sim que podem servir como uma medida temporária enquanto reformas mais substanciais, como aquelas que abordam as leis de herança e o acesso ao financiamento, são implementadas.⁷

⁶ Veja, por exemplo, IMO (2016), [Barreiras ao acesso e à propriedade de terras e propriedades das mulheres no Nepal](#).

⁷ Veja, por exemplo, Banco Mundial (2023), [Gênero e Impostos sobre a Propriedade em São Paulo](#); e Komatsu et al. (2022), [Normas de gênero, posse de terras, taxa de uso de terras rurais e imposto sobre a renda agrícola na Etiópia](#).

Evasão e evasão fiscal

Um dos principais desafios na tributação dos segmentos mais ricos da sociedade – em sua maioria homens – reside em como eles reagem às tentativas de tributá-los. Eles têm mais recursos para alterar seu comportamento, incluindo a transferência de rendimento e patrimônio entre jurisdições e a otimização em diferentes regimes regulatórios por meio de planejamento tributário agressivo, às vezes à margem das estruturas legais.⁸ Isso cria um potencial viés contra os grupos de baixo ren-

dimento e, particularmente, contra as mulheres, que dependem mais do rendimento do trabalho e têm menos oportunidades de reduzir sua carga tributária. Além disso, o planejamento tributário agressivo priva as jurisdições nacionais de receita, o que, por sua vez, resulta em serviços públicos de menor qualidade, criando mais um viés contra as mulheres, que frequentemente precisam depender mais dos serviços públicos, em parte devido aos papéis de gênero associados aos cuidados domésticos.

⁸ Ver M. Bergolo et al. (2023), [Progressividade tributária e tributação dos ricos em países em desenvolvimento: lições da América Latina](#), *Oxford Review of Economic Policy*; L. De Simone, B. Stomberg (2023), [A FATCA conseguiu reduzir a evasão fiscal por meio de contas estrangeiras?](#) *Oxford Review of Economic Policy*; N. Johannesen (2023), [O fim do sigilo bancário: implicações para a redistribuição e a tributação ótima](#).

Questões orientadoras para avaliar capital, patrimônio e propriedade em relação à igualdade de gênero

Qual é a taxa de imposto sobre rendimentos de capital e como se compara à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas (IRPF)?

Existe imposto sobre grandes fortunas? E imposto predial anual?

O regime de imposto sobre a propriedade ou imposto de selo contém alguma disposição que aborde as disparidades de gênero no mercado imobiliário?

Existem dados desagregados por sexo sobre propriedade de bens? Esses dados são de acesso público? E quanto aos dados sobre outros ativos?

O regime de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) é progressivo?

Qual é a participação dos impostos sobre o capital, patrimônio e propriedade na composição tributária?

As leis de herança ou as práticas consuetudinárias de herança discriminam as mulheres de alguma forma? Existe alguma relação com as leis tributárias?

Foi realizada uma análise de gênero para o regime tributário vigente sobre capital, patrimônio ou propriedade?

A igualdade de gênero foi levada em consideração na concepção do regime tributário atual?

AGRADECIMENTOS

Este artigo foi preparado por David Davidsson com contribuições substanciais de Caroline Othim, Aroa Santiago, Ana Maria Landa Ugarte e Manita Ray.

Este documento foi produzido no âmbito da iniciativa EQUANOMICS e Tax for SDGs do PNUD. A equipe gostaria de agradecer a gentil revisão por pares de Lisa Kolovich (FMI), Cindy Negus (FMI), Michelle Harding (OCDE), Hitomi Komatsu (Banco Mundial), Ceren Ozer (Banco Mundial), Sylvia Mwamba (IDinsight), Daisy Attu (Shauri Consulting) e Laura Abramovsky (ODI).

Gates Foundation

